

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 80ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – 26ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

2 – MATÉRIA VOTADA

- 2.1 – Plenário

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

- 3.1 – Plenário

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MANIFESTAÇÕES

6 – REQUERIMENTOS APROVADOS

7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 – ERRATA



ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/12/2022

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nºs 4.118/2022; Requerimentos nºs 12.640 e 12.641/2022 – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Ulysses Gomes; Suspensão e Reabertura da Reunião; discurso do deputado Roberto Andrade; votação nominal do requerimento; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 82/2022; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.852/2022; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; requerimento do deputado Guilherme da Cunha; deferimento; leitura da Emenda nº 1; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2022; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.054/2022; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.085/2022; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.116/2022; aprovação – Suspensão e Reabertura da Reunião – Requerimento do deputado Roberto Andrade; discursos dos deputados Roberto Andrade e Ulysses Gomes; votação nominal do requerimento; aprovação – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocél – Celise Laviola –

Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 14h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado João Magalhães, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Tadeu Martins Leite, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Sergio Luiz Soares de Souza Costa, secretário nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional, encaminhando o Parecer nº 7/2022, de autoria do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que contém recomendações visando à melhoria da segurança das barragens. (– Às Comissões de Meio Ambiente e de Segurança Pública.)

Da Presidência da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.750/2021, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.894/2022, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.043/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.048/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.045/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.046/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.106/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.849/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.881/2022, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério Público do Trabalho, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 12.406/2022, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.740/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.030/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.089/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.280/2022, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.118/2022

Declara de utilidade pública a Associação Noroeste Quarto de Milha, com sede no Município de Paracatu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Noroeste Quarto de Milha, com sede no Município de Paracatu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de dezembro de 2022.

Professor Cleiton, vice-presidente da Comissão de Participação Popular (PV).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 12.640/2022, do deputado Zé Guilherme e outros, em que requerem a concessão do título de Cidadão Honorário de Minas Gerais ao deputado Sargento Rodrigues. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado João Leite e outros. Anexe-se ao Requerimento nº 11.613/2022, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 12.641/2022, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com policiais militares das frações de Itamonte, Itanhandu e Passa-Quatro, pela atuação na ocorrência que esclareceu o homicídio do Sr. Joaquim Arnoldo Evangelista Silva, popularmente conhecido por Joaquim do Milho, ex-prefeito municipal de Itanhandu, desaparecido em 27/11/2022,

cujo corpo foi encontrado em 29/11/2022, e que resultou na prisão do suspeito, que confessou a autoria do delito. (– À Comissão de Segurança Pública.)

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

2ª Fase

O presidente – Não havendo matéria a ser apreciada na 1ª fase, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.998/2022 seja apreciado em último lugar.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do § 4º do art. 249 do Regimento Interno, vai suspender a reunião por 2 minutos para que se configure o quórum necessário para votação. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. De acordo com o entendimento dos líderes e acordo realizado entre os diversos blocos, votaremos agora a inversão da pauta, que fará com que o projeto de lei do deputado Léo Portela seja apreciado em último lugar. Vamos votar os demais projetos constantes da pauta e, em seguida, vamos interromper a reunião para ver se temos entendimento para a votação do projeto de lei do deputado Léo Portela.

Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Roberto Andrade.

O deputado Roberto Andrade – O encaminhamento é pela aprovação do requerimento.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 29 deputados. Votou “não” 1 deputado. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)
Celise Laviola (CIDADANIA)
Cristiano Silveira (PT)
Delegado Heli Grilo (UNIÃO)
Doutor Jean Freire (PT)
Duarte Bechir (PSD)
Glaycon Franco (PV)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (MDB)
Leninha (PT)
Marquinho Lemos (PT)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Cleiton (PV)
Roberto Andrade (AVANTE)
Sargento Rodrigues (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)
– Registrou “não”:
Coronel Sandro (PL)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 82/2022, do Tribunal de Contas, que altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Inácio Franco. Portanto, votaram “sim” 52 deputados; votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 82/2022 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
André Quintão (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carlos Pimenta (PDT)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Celise Laviola (CIDADANIA)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Sandro (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Heli Grilo (UNIÃO)
Doorgal Andrada (PATRI)
Douglas Melo (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Doutor Paulo (PATRI)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Duarte Bechir (PSD)
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)
Fernando Pacheco (PV)
Gil Pereira (PSD)
Glaycon Franco (PV)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)

Léo Portela (PL)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSC)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Cleiton (PV)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Rosângela Reis (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)
– Registraram “não”:
Bartô (PL)
Cleitinho Azevedo (PSC)
Guilherme da Cunha (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.852/2022, da Defensoria Pública, que altera a Lei nº 22.790, de 27/12/2017, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 3.852/2022

Dê-se ao art. 8º do vencido a seguinte redação:

“Art. 8º – Esta lei entra em vigor após duzentos e dez dias contados da data de sua publicação.”.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda dos deputados João Magalhães, Cássio Soares, André Quintão, Gustavo Santana, Zé Guilherme, Ulysses Gomes e Inácio Franco, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer.

O deputado Guilherme da Cunha – Sr. Presidente, solicito a leitura da emenda.

O presidente – É regimental. Com a palavra, o secretário, para proceder à leitura da Emenda nº 1.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 1, publicada nesta edição.).

O deputado Guilherme da Cunha – Muito obrigado, presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Inácio Franco e João Vítor Xavier. Portanto, votaram “sim” 60 deputados; votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o projeto, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

André Quintão (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Braulio Braz (PTB)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Celise Laviola (CIDADANIA)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Heli Grilo (UNIÃO)

Doorgal Andrada (PATRI)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Fernando Pacheco (PV)

Gil Pereira (PSD)

Gláycion Franco (PV)
Guilherme da Cunha (NOVO)
Gustavo Mitre (PSB)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Léo Portela (PL)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Noraldino Júnior (PSC)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Cleiton (PV)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Rosângela Reis (PL)
Sargento Rodrigues (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)
– Registraram “não”:
Bartô (PL)
Cleitinho Azevedo (PSC)
O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.
– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Inácio Franco, João Vítor Xavier e Sávio Souza Cruz. Retifique-se o voto do deputado Marquinho Lemos de “sim” para “não”. Portanto, votaram “sim” 43 deputados; votaram “não” 14 deputados. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.852/2022 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Bartô (PL)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Braulio Braz (PTB)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carlos Pimenta (PDT)
Celise Laviola (CIDADANIA)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Sandro (PL)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Heli Grilo (UNIÃO)
Doutor Paulo (PATRI)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Duarte Bechir (PSD)
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)
Fernando Pacheco (PV)
Gil Pereira (PSD)
Glaycon Franco (PV)
Guilherme da Cunha (NOVO)
Gustavo Mitre (PSB)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leonídio Bouças (PSDB)
Léo Portela (PL)

Noraldino Júnior (PSC)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Rosângela Reis (PL)
Sargento Rodrigues (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)
– Registraram “não”:
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
André Quintão (PT)
Beatriz Cerqueira (PT)
Betão (PT)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Cleitinho Azevedo (PSC)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Jean Freire (PT)
Elismar Prado (PROS)
Leninha (PT)
Marquinho Lemos (PT)
Professor Cleiton (PV)
Ulysses Gomes (PT)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2022, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, relativamente ao ano de 2022, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Inácio Franco, João Vítor Xavier e Mário Henrique Caixa. Portanto, votaram “sim” 62 deputados; votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.037/2022 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

André Quintão (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bernardo Mucida (PSB)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Braulio Braz (PTB)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Celise Laviola (CIDADANIA)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Heli Grilo (UNIÃO)

Doorgal Andrada (PATRI)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Fernando Pacheco (PV)

Gil Pereira (PSD)

Glaycon Franco (PV)

Gustavo Mitre (PSB)

Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Léo Portela (PL)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Noraldino Júnior (PSC)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Cleiton (PV)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Rosângela Reis (PL)
Sargento Rodrigues (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)
– Registraram “não”:
Bartô (PL)
Guilherme da Cunha (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.054/2022, do procurador-geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2022, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Inácio Franco e João Vítor Xavier. Portanto, votaram “sim” 60 deputados; votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.054/2022 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

André Quintão (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bernardo Mucida (PSB)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Braulio Braz (PTB)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Celise Laviola (CIDADANIA)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Heli Grilo (UNIÃO)

Doorgal Andrada (PATRI)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Fernando Pacheco (PV)

Gil Pereira (PSD)
Glaycon Franco (PV)
Gustavo Mitre (PSB)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Léo Portela (PL)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Noraldino Júnior (PSC)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Rosângela Reis (PL)
Sargento Rodrigues (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Reis (PODE)
– Registraram “não”:
Bartô (PL)
Cleitinho Azevedo (PSC)
Guilherme da Cunha (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.085/2022, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, referente ao ano de 2023. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em

discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Inácio Franco e João Vítor Xavier. Portanto, votaram “sim” 59 deputados; votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.085/2022 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

André Quintão (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bernardo Mucida (PSB)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Braulio Braz (PTB)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Celise Laviola (CIDADANIA)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Heli Grilo (UNIÃO)

Doorgal Andrada (PATRI)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Fernando Pacheco (PV)
Gil Pereira (PSD)
Glaycon Franco (PV)
Gustavo Mitre (PSB)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Léo Portela (PL)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Noraldino Júnior (PSC)
Oswaldo Lopes (PSD)
Professor Cleiton (PV)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Rosângela Reis (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Reis (PODE)
– Registraram “não”:
Bartô (PL)
Cleitinho Azevedo (PSC)
Guilherme da Cunha (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.116/2022, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do

projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado João Vítor Xavier. Portanto, votaram “sim” 58 deputados; votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

André Quintão (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bernardo Mucida (PSB)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Braulio Braz (PTB)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Celise Laviola (CIDADANIA)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Heli Grilo (UNIÃO)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Fernando Pacheco (PV)

Gil Pereira (PSD)

Glaycon Franco (PV)

Gustavo Mitre (PSB)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Léo Portela (PL)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Noraldino Júnior (PSC)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Cleiton (PV)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Rosângela Reis (PL)
Sargento Rodrigues (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)
– Registraram “não”:
Bartô (PL)
Guilherme da Cunha (NOVO)

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 1 hora para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Vem à Mesa requerimento do deputado Roberto Andrade em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.998/2022 por 1 dia. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Roberto Andrade.

O deputado Roberto Andrade – Presidente, deputados, demais presentes, aqueles que estão nos vendo remotamente, nosso pedido, nosso encaminhamento é para votar “sim” nesse requerimento.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, para encaminhar, queria compartilhar com os companheiros e companheiras do nosso bloco: o encaminhamento é favorável a esse requerimento para que a gente possa adiar então o processo de discussão desse projeto de lei, para que a gente possa ter tempo de entendimento para votação amanhã. Está bem, presidente? Então seria encaminhamento “sim” ao adiamento da discussão.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Antonio Carlos Arantes. Portanto, votaram “sim” 41 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o requerimento.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

André Quintão (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Bartô (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bernardo Mucida (PSB)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Celise Laviola (CIDADANIA)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Cristiano Silveira (PT)

Doorgal Andrada (PATRI)

Doutor Paulo (PATRI)

Duarte Bechir (PSD)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Fernando Pacheco (PV)
Glaycon Franco (PV)
Guilherme da Cunha (NOVO)
Gustavo Mitre (PSB)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
Leninha (PT)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Osvaldo Lopes (PSD)
Roberto Andrade (AVANTE)
Rosângela Reis (PL)
Sargento Rodrigues (PL)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de logo mais, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/12/2022

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata; Questão de Ordem; aprovação da ata; Homenagem Póstuma – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.814 e 3.815/2022, do Projeto de Lei Complementar nº 82/2022 e dos Projetos de Lei nºs 3.852, 4.037, 4.054, 4.085, 4.115 e 4.116/2022; aprovação – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo

Ribeiro Silva – Douglas Melo – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 18h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Cristiano Silveira, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Alencar da Silveira Jr.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, neste prazo para discutir a ata, mais uma vez, eu gostaria de comunicar a esta Casa o falecimento do nosso companheiro Jair Bala, um atleta de Minas Gerais, um jogador de Minas, que foi exemplo para todo o Brasil. Solicito a V. Exa. que, após a aprovação da ata, a gente possa fazer 1 minuto de silêncio, como reconhecimento desta Casa pelo atleta que ele foi, pelo homem que foi, pelo exemplo que deu, um show no futebol. Tenho certeza de que foi ídolo de vários torcedores de Minas Gerais, não só do América, mas de todos aqueles que gostam de futebol em Minas.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

Homenagem Póstuma

O presidente – É regimental, deputado. Faremos 1 minuto de silêncio em homenagem ao atleta e também à pessoa pública, figura da imprensa, que trabalhou vários anos em vários órgãos de imprensa de Minas Gerais, Jair Bala.

– Procede-se à homenagem póstuma.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei de nº 3.814/2022, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter o parecer a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago, Gustavo Santana e Sargento Rodrigues. Portanto, votaram “sim” 36 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Celise Laviola (CIDADANIA)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Cristiano Silveira (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Fernando Pacheco (PV)

Gil Pereira (PSD)

Glaycon Franco (PV)

Gustavo Mitre (PSB)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Inácio Franco (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Leite (PSDB)

Leonídio Bouças (PSDB)

Marquinho Lemos (PT)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Oswaldo Lopes (PSD)

Professor Irineu (PATRI)

Roberto Andrade (AVANTE)

Sargento Rodrigues (PL)

Tadeu Martins Leite (MDB)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei de nº 3.815/2022, que autoriza a abertura de créditos suplementares ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e do Fundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter o parecer a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Alencar da Silveira Jr. e Arlen Santiago. Portanto, votaram “sim” 38 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Bernardo Mucida (PSB)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Celise Laviola (CIDADANIA)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Cristiano Silveira (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Fernando Pacheco (PV)

Gil Pereira (PSD)

Glaycon Franco (PV)

Gustavo Mitre (PSB)

Gustavo Santana (PL)

Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
Leonídio Bouças (PSDB)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Oswaldo Lopes (PSD)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Sargento Rodrigues (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 82/2022, que altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter o parecer a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Arlen Santiago. Portanto, votaram “sim” 39 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Bernardo Mucida (PSB)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carlos Pimenta (PDT)
Celinho Sintrocél (PCdoB)
Celise Laviola (CIDADANIA)

Charles Santos (REPUBLICANOS)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Paulo (PATRI)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Duarte Bechir (PSD)
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)
Fernando Pacheco (PV)
Gil Pereira (PSD)
Glaycon Franco (PV)
Gustavo Mitre (PSB)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
Leonídio Bouças (PSDB)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Sargento Rodrigues (PL)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei de nº 3.852/2022, que altera a Lei nº 22.790, de 27/12/2017, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter o parecer a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Bernardo Mucida (PSB)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carlos Pimenta (PDT)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Celise Laviola (CIDADANIA)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Paulo (PATRI)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Duarte Bechir (PSD)
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)
Fernando Pacheco (PV)
Gil Pereira (PSD)
Glaycon Franco (PV)
Gustavo Mitre (PSB)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
Leonídio Bouças (PSDB)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Cleiton (PV)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Sargento Rodrigues (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)

Tadeu Martins Leite (MDB)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei de nº 4.037/2022, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, relativamente ao ano de 2022, e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter o parecer a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Bernardo Mucida (PSB)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Celise Laviola (CIDADANIA)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Cristiano Silveira (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Fernando Pacheco (PV)

Gil Pereira (PSD)

Glaycon Franco (PV)

Gustavo Mitre (PSB)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leonídio Bouças (PSDB)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Cleiton (PV)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Sargento Rodrigues (PL)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei de nº 4.054/2022, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2022, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter o parecer a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Bernardo Mucida (PSB)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)
Celise Laviola (CIDADANIA)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Paulo (PATRI)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Duarte Bechir (PSD)
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)
Fernando Pacheco (PV)
Gil Pereira (PSD)
Glaycon Franco (PV)
Gustavo Mitre (PSB)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Cleiton (PV)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Sargento Rodrigues (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei de nº 4.085/2022, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, referente ao ano de 2023. Em discussão, o parecer. Não há

oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter o parecer a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Gustavo Santana. Portanto, votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bernardo Mucida (PSB)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Celise Laviola (CIDADANIA)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Cristiano Silveira (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)

Glaycon Franco (PV)

Gustavo Santana (PL)

Gustavo Valadares (PMN)

Inácio Franco (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Leite (PSDB)

João Magalhães (MDB)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Leninha (PT)

Leonídio Bouças (PSDB)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Cleiton (PV)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Sargento Rodrigues (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei de nº 4.115/2022, que regulamenta o disposto no art. 61, XX, da Constituição do Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter o parecer a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 39 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Bernardo Mucida (PSB)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carlos Pimenta (PDT)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Celise Laviola (CIDADANIA)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Paulo (PATRI)
Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)
Gil Pereira (PSD)
Glaycon Franco (PV)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Marquinho Lemos (PT)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Sargento Rodrigues (PL)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei de nº 4.116/2022, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter o parecer a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 41 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Bernardo Mucida (PSB)
Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carlos Pimenta (PDT)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Celise Laviola (CIDADANIA)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Paulo (PATRI)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Duarte Bechir (PSD)
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)
Fernando Pacheco (PV)
Gil Pereira (PSD)
Glaycon Franco (PV)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PMN)
Inácio Franco (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Leite (PSDB)
João Magalhães (MDB)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Osvaldo Lopes (PSD)
Professor Irineu (PATRI)
Roberto Andrade (AVANTE)
Sargento Rodrigues (PL)
Sávio Souza Cruz (MDB)
Tadeu Martins Leite (MDB)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Reis (PODE)

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 28, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada, e para as extraordinárias também de amanhã, às 10 e às 18 horas, bem como para a solene na mesma data, logo após a aprovação do Projeto de Lei nº 4.009/2022, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/8/2022

Às 8h44min, comparece à reunião a deputada Ana Paula Siqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater, por ocasião do Dia da Nutricionista, celebrado em 31 de agosto, a valorização e a importância do papel desse profissional para a promoção da saúde e da educação alimentar e nutricional da população, bem como para o combate à insegurança alimentar no Estado. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Flavia Fatima Lopes, da Polícia Militar de Minas Gerais (9 e 14/4/2022); e dos Srs. José Arthur de Carvalho Pereira Filho, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (4/8/2022); Sérgio Melo Lobo de Faria, do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (12/5/2022); Joaquim Francisco Neto e Silva, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (14 e 28/4 e 9/6/2022); Igor Mascarenhas Eto, da Secretaria de Estado de Governo (4/8/2022); e Rogério Greco, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (28/4/2022). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Erika Simone Coelho Carvalho, presidenta do Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região; Emanuelle Cardoso Zibral Santos, membro do Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região; Maria Amelia de Almeida Macedo, presidenta da Associação Mineira de Nutrição – Asmin; e o Sr. Éldio Bonomo, presidente do Conselho Federal de Nutricionistas – CFN. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta – Andréia de Jesus – Leninha.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/12/2022

Às 14h35min, comparecem à reunião os deputados Charles Santos e Duarte Bechir, e de forma remota os deputados Léo Portela e Celinho Sintrocel, membros da supracitada comissão. Está presente, também de forma remota, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* das Sras. Aída Suely Honório Bicalho, solicitando o asfaltamento da Rodovia MG-060, pontuando que a rodovia é utilizada diariamente para transporte escolar; Carla Cristina Barbosa dos Santos, denunciando suposta agressão praticada pela guarda municipal de Santa Luzia durante manifestação que reivindicava

melhorias no transporte público; Josélia Climene Rodrigues, solicitando a reforma no asfalto da BR-262 entre o trecho de Realeza e Pequim, e da rodovia 232 entre Ipatinga e Mesquita; e do Srs. Vaguiner Rodrigues de Queiroz, solicitando providências para melhorar as condições da Rodovia MG-401, no norte de Minas; José Valdir de Macedo, denunciando a operação tapa-buracos realizada na cidade de Malacacheta, que utilizou terra para fazer tal paliativo; Hudson Negreto, denunciando a situação precária dos ônibus da empresa Viação Gardênia, solicitando a fiscalização da comissão; Junior, solicitando a duplicação do lote 8 da BR-381 para diminuir os congestionamentos da cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, e que a parcela da indenização referente ao acidente ocorrido na barragem na cidade de Mariana, em 2015, seja utilizada para essa duplicação, que a comissão realize reuniões com a bancada de deputados federais e senadores por Minas Gerais com o objetivo de priorizar a tramitação dos projetos de leis de socorro emergencial ao transporte público, e ainda que seja feito pedido de informações à Seinfra para explicar como será utilizado o repasse de recursos da União e como foi concedida a tarifa zero no transporte público no dia 30/10/22; Álvaro Silva Ramos, denunciando a mudança de horário sem aviso prévio na linha 300C terminal Ibirité/BH Via Expressa (semidireta); Jesse Marlon solicitando auxílio da comissão para fiscalizar a situação do transporte público em Belo Horizonte e região metropolitana e denunciando a situação precária dos ônibus, o descumprimento dos horários programados para as viagens e a superlotação, e ainda pedindo que a catraca dupla deixe de ser utilizada no transporte coletivo de Belo Horizonte e região metropolitana, por causar constrangimento aos usuários idosos, obesos, com mobilidade reduzida e crianças de colo; Daniel de Aquino Silva, denunciando que houve o seccionamento das linhas de transporte público em “Alimentadoras” e “Move/BRT”, não ocorrendo em conjunto a diminuição do valor da tarifa, e pede providências; Luiz Gustavo Moreira Ramos, solicitando a resolução da obra na Rodovia MG-167 que liga Três Pontas a Varginha, que foi inaugurada pelo governador Zema em junho, mas que foi interrompida depois de um mês; Geraldo M. R. Moreira, solicitando informações sobre o leilão de concessão da BR-381 que tinha previsão de decisão no terceiro trimestre de 2022 e que até hoje não foi solucionado; Alexandre de Souza Melo, solicitando mais atenção à engenharia urbana, sinalização viária e iluminação pública de Ipatinga, e ainda a oficialização e captação de R\$ 173 milhões de reais para investimentos de infraestrutura e mobilidade urbana neste município, e a criação e execução de um projeto de pavimentação asfáltica em Minas Gerais, para melhoria das vias por todo o Estado. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (19/8/2021); da Agência Nacional de Transportes Terrestres (6/7/2022); da Secretaria de Estado de Governo (2/6/2022); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (23/6/2022); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (23/6/2022); do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (19/5, 23/6 e 27/8/2022); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (20/5, 30/6, 11 e 25/8/2022); do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (1º/7, 12 e 25/8/2022); da Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.- Triunfo-Concebra (2/7/2022); da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (2/9/2022); da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (11 e 18/8/2022); do BH Airport – Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (18/8/2022); da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (11/8/2022); e da Polícia Militar de Minas Gerais (11/8/2022). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.327, 11.505, 11.701, 11.719, 11.753 a 11.755, 11.761, 11.763, 11.801, 11.864, 11.922 a 11.927, 11.929, 11.930, 12.001 a 12.003, 12.005, 12.217 a 12.222, 12.227, 12.228, 12.259, 12.317 e 12.318/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.887/2022, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado solicitação para intervenção e melhorias na LMG-657 – Estrada da Produção –, que necessita de recapeamento e recuperação de piso e base;

nº 12.993/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os motivos que levaram à remoção da placa indicativa de “Nascente do Rio Jequitinhonha” na MG-010, na altura do Distrito de Três Barras, no Município do Serro;

nº 12.999/2022, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o cronograma das obras autorizadas no dia 30 de junho de 2022 e com início anunciado para o dia 1º de julho do mesmo ano, prevendo a pavimentação do trecho da Rodovia MG-060 entre os Municípios de Esmeraldas e São José da Varginha, por ocasião do acordo realizado pelo Estado com a empresa Vale, tendo sido divulgado o valor de R\$85.000.000,00 para essa obra especificamente, além de outras obras nos Municípios de Papagaios e Pompéu, na MG-060, na MG-415 até a BR-040 – Porto Novo, em Morada Nova de Minas, no entroncamento da BR-040 – Distrito de São José do Buriti, na AMG-930 e Abaeté – Porto São Vicente e na LMG-762;

nº 13.000/2022, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao Sr. Geraldo Abadia Ponciano, diretor do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, pedido de providências para solicitar a instalação de placas de sinalização com vistas a alertar os motoristas quanto à presença de ciclistas na MG-187, entre o trevo de acesso à cidade de Ibiá e a BR-262;

nº 13.009/2022, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que seja realizado estudo de viabilidade para a instalação de um radar fixo na BR-267, no Km 213,7, entroncamento com a MG-457, em Bom Jardim de Minas;

nº 13.197/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que o trecho da Rodovia LMG-655, compreendido entre o Distrito de Adão Colares e a sede do Município de Botumirim, seja devidamente sinalizado, atribuindo-lhe a denominação de “Dr. Alder Franklin de Nassau Borges”, nos termos da Lei nº 23.815, de 2021;

nº 13.345/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a urgência da instalação de uma passarela na BR-381, na altura do Km 442, no trevo de Ravena, Distrito de Sabará, próximo ao Chacreamento Fateiro, devido ao alto índice de acidentes, atropelamentos e mortes no local;

nº 13.381/2022, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja pavimentada a estrada de Campo do Meio que dá acesso a Boa Esperança, bem como o ofício da Câmara Municipal de Campo do Meio que justifica essa solicitação;

nº 13.581/2022, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o investimento a que se refere a código 1301, Ação 2039, Grupo 4 (investimentos) estatuídos no anexo 01, da Lei nº 23.830, de 28 de julho de 2021, especificamente se foi executado ou se há projeto em licitação para a execução da pavimentação da MG-406;

nº 13.644/2022, dos deputados Duarte Bechir e Charles Santos, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para melhoria da prestação de serviços de transporte intermunicipal de passageiros pela empresa Gardênia;

nº 13.645/2022, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao DER-MG pedido de providências para a recuperação e a manutenção da Rodovia MG-350, que liga os Municípios de Marmelópolis e Itajubá, passado pelo Município de Delfim Moreira;

nº 13.646/2022, dos deputados Duarte Bechir e Charles Santos, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam substituídas as catracas duplas nos transportes

coletivos, uma vez que elas causam constrangimento aos usuários com mobilidade reduzida, obesos, idosos, mulheres com crianças no colo e pessoas que carregam bolsas e mochilas.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos com a Emenda nº 1;

nº 13.583/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proposta de Tarifa Zero para o transporte público de passageiros e o seu financiamento;

nº 13.585/2022, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater alternativas para o financiamento público do transporte público de passageiros.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 2022.

Léo Portela, presidente.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/12/2022

Às 13h49min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Ione Pinheiro e Leninha, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e aprovar o relatório do Fiscaliza Mais. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* da Prefeitura de Contagem, por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, convidando a comissão para a entrega das obras de reforma do Espaço Bem-Me-Quero, serviço especializado em atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.512/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Neusa Nery Santos, pela relevante atuação na luta pela igualdade de direitos e equidade racial como presidente da Associação Quilombola dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho da Cruz, presidente do Conselho da Igualdade Racial do Município de Januária, presidente do Grupo de Mulheres Arte Riacho, presidente da Associação Adiante e coordenadora da Pastoral da Criança e pela realização do 7º Encontro das Comunidades Quilombolas em Januária, no dia 20 de novembro de 2022;

nº 13.601/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Renata Silveira por ser a primeira mulher narradora na história da TV aberta brasileira a compor uma equipe que fará a cobertura dos jogos da Copa do Mundo de 2022, fazendo história na crônica esportiva, na imprensa e na televisão do País;

nº 13.626/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte pedido de providências para apuração de atendimento discriminatório contra mulher que vive com HIV promovido por profissional médico infectologista com atuação no CTR-DIP, Orestes Diniz, considerando denúncia realizada durante audiência pública realizada por esta comissão em 30/11/2022, podendo mais informações ser acessadas em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/comissoes/reuniao/?idCom=1132&idTipo=2&dia=30&mes=11&ano=2022&hr=14:00>;

nº 13.627/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para adotar as medidas cabíveis para fomentar ações de prevenção, assistência, proteção e promoção dos

direitos das pessoas que vivem com HIV/aids, fortalecendo, dessa forma, a campanha Dezembro Vermelho, instituída pela Lei Federal nº 13.504, de 2017, diante da relevância dessa temática para a saúde pública no Estado;

nº 13.628/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas a criar a Comissão Estadual para o Enfrentamento ao HIV/Aids, com a participação da sociedade civil organizada, visando ampliar a participação e qualificar o planejamento de ações das políticas públicas estaduais relacionadas a essa temática;

nº 13.647/2022, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Montes Claros, para debater os desafios à garantia de direitos fundamentais para as mulheres do interior de Minas Gerais;

nº 13.688/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a deputada federal Áurea Carolina;

nº 13.689/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a deputada federal Áurea Carolina pela importância de sua história de luta, sua representatividade e liderança feminina.

Submetido a votação, é aprovado o Relatório Final do Fiscaliza Mais, edição 2022, cujo tema escolhido foi “Atendimento adequado humanizado, por equipe multidisciplinar, a mulheres em situação de violência nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – Deams” (relatora: deputada Ana Paula Siqueira) e seus desdobramentos: Requerimento nº 13.656/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para considerar, no planejamento e no desenvolvimento das medidas voltadas para o fortalecimento das delegacias especializadas de atendimento à mulher – Deams – do Estado, nos limites de suas atribuições institucionais e em decorrência, especialmente, dos resultados advindos da metodologia atualmente aplicada para a classificação desses equipamentos, a adoção de ações no curto, médio e longo prazos com vistas a: analisar a viabilidade da criação ou normatização de uma instância específica, integrada à estrutura orgânica da PCMG, que reúna as atribuições relativas à coordenação central das Deams, a ser reconhecida como referência para a organização das unidades, de forma de promover a atuação estratégica e regular em prol do aprimoramento das delegacias especializadas em todas as regiões de Minas Gerais; priorizar a adoção das medidas necessárias à efetiva implantação das Deams de Juatuba e Taiobeiras, considerando-se a inexistência de estrutura condizente com a delegacia especializada nesses municípios; diligenciar para a implementação do acolhimento psicossocial nas Deams do interior do Estado, priorizando-se o 3º DEPPC Vespasiano, o 8º DEPPC Governador Valadares, o 13º DEPPC Barbacena, o 14º DEPPC Curvelo, o 15º DEPPC Teófilo Ottoni, o 16º DEPPC Unaí, o 17º DEPPC Pouso Alegre e o 19º DEPPC Sete Lagoas, considerando-se que as unidades vinculadas a esses departamentos ainda não ofertam esse atendimento, seja por meio de servidores das próprias equipes da PCMG, seja por profissionais ou estagiários de entidades parceiras; fixar orientações, procedimentos e fluxos para a oferta do acolhimento inicial pelas Deams, seja ele realizado por policiais, seja por profissionais de entidades parceiras, com vistas a incrementar o atendimento, atribuindo-lhe, para além da efetividade no campo da investigação criminal, maior resolutividade em relação ao rompimento do ciclo de violência doméstica e familiar; implementar diretivas para a padronização de convênios a serem firmados entre Deams e órgãos públicos e entidades, com vistas a ampliar as ofertas de atendimento psicossocial a mulheres em situação de violência por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais e estagiários de áreas como psicologia, serviço social e direito, por exemplo, no intuito de difundir e fortalecer esses serviços no ambiente das Deams, buscando-se sua efetividade e constância ao longo do tempo; realizar estudos acerca da exequibilidade da criação de funções ou cargos específicos nas carreiras administrativas da PCMG, a exemplo de analistas com formação em áreas como serviço social e psicologia, para alocação em delegacias especializadas do interior do Estado que apresentem maior demanda, vislumbrando o aprimoramento do atendimento psicossocial e a promoção do necessário apoio a mulheres em situação de violência por equipes multidisciplinares em todas as regiões do Estado, nos moldes alcançados pelas Deams localizadas em Belo Horizonte; e seja encaminhado ao referido órgão o relatório produzido pela comissão no âmbito do Fiscaliza

Mais 2022, que teve como tema o atendimento a mulheres em situação de violência nas Deams, tendo como perspectiva a adequação e a humanização do acolhimento, bem como a sua oferta por equipes multidisciplinares.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/12/2022

Às 10h35min, comparecem à reunião os deputados Virgílio Guimarães, Ulysses Gomes e Tito Torres (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da liderança do BMSM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Virgílio Guimarães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e discutir e votar pareceres de redação final. O presidente suspende os trabalhos. São retomados os trabalhos com a presença dos deputados Virgílio Guimarães, Tito Torres (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da liderança do BMSM) e Cristiano Silveira (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca as reuniões extraordinárias de hoje, às 14h30min e às 18 horas e convoca reuniões extraordinárias para terça-feira, dia 27/2, às 15 horas, e quarta e quinta-feira, dias 28 e 29/12, às 10 horas e às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de dezembro de 2022.

Virgílio Guimarães, presidente.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/12/2022

Às 18h4min, comparecem à reunião a deputada Leninha (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Virgílio Guimarães, Sávio Souza Cruz, Fernando Pacheco e Zé Reis (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BDLHC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues, Duarte Bechir, João Magalhães, Tito Torres, Gustavo Santana e Charles Santos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Virgílio Guimarães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 82/2022 (designada relatora: deputada Leninha); e dos Projetos de Lei nºs 3.814/2022 (designado relator: deputado Virgílio Guimarães); 3.815/2022 (designada relatora: deputada Leninha); 3.852, 4.037, 4.054 e 4.085/2022 (designado relator: deputado Virgílio Guimarães); e 4.115 e 4.116/2022 (designada relatora: deputada Leninha). O Projeto de Lei nº 3.998/2022 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.177/2017, 1.320/2019, 2.461, 2.643, 2.698, 3.039, 3.127 e 3.217/2021 e 3.458 e 3.472/2022 (designado relator: deputado Virgílio Guimarães); 3.493/2022 (designada relatora:

deputada Leninha); e 3.556, 3.589 3.654, 3.696 e 3.760/2022 (designado relator: deputado Virgílio Guimarães). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 2022.

Virgílio Guimarães, presidente.



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/12/2022

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.008/2022, do governador do Estado, com as Emendas n°s 3, 9, 12, 14 a 16, 30, 55 e 57 a 121 e com as Subemendas n° 1 às Emendas n°s 5, 6, 8, 10, 13, 21 a 23, 26 e 56; e 4.009/2022, do governador do Estado, com as Emendas n°s 1, 3 a 75, 77 a 83, 86, 91 a 140, 156 a 165, 168 a 175, 177 a 367, 369, 370, 373 a 401, 403 a 506, 515 a 567, 573 a 616 e 618 a 629 e com as Subemendas n° 1 às Emendas n°s 87 e 617.

Em redação final: Projetos de Lei n°s 4.008 e 4.009/2022, do governador do Estado.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Solene da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião solene da Assembleia para as 9 horas do dia 1º de janeiro de 2023, destinada à instalação da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 19ª Legislatura, à posse do governador e do vice-governador do Estado e ao encerramento da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 19ª Legislatura.

Palácio da Inconfidência, 28 de dezembro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 761/2015

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 761/2015, de autoria da deputada Rosângela Reis, que declara de utilidade pública o Grupo de Mulheres Criartes, com sede no Município de Ipatinga, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 761/2015

Declara de utilidade pública a entidade Grupo de Mulheres Criartes, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Grupo de Mulheres Criartes, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 2022.

Virgílio Guimarães, presidente – Leninha, relatora – Sávio Souza Cruz – João Magalhães.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.322/2021**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.322/2021, de autoria do deputado Sávio Souza Cruz, que declara de utilidade pública a Sociedade Musical de Corinto, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.322/2021

Declara de utilidade pública a Sociedade Musical de Corinto, com sede no Município de Corinto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Musical de Corinto, com sede no Município de Corinto.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 2022.

Virgílio Guimarães, presidente – Leninha, relatora – Sávio Souza Cruz – João Magalhães.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Associação dos Reservistas do Exército Brasileiro – Areb-MG – e a Associação Mineira dos Atiradores e Veteranos do Brasil – Amav-Brasil – sedes Campo Belo, Carangola, Caratinga, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Divinópolis, Formiga, Governador Valadares, Guanhães, Guaxupé, Lavras, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, São João del-Rei, São Sebastião do Paraíso, Viçosa e Visconde do Rio Branco, pelo Dia do Reservista, comemorado em 16 de dezembro, e pela contribuição para o crescimento da consciência cívica entre os jovens de Minas Gerais (Requerimento nº 12.358/2022, do deputado Coronel Henrique);

de congratulações com os veteranos das Forças Armadas e das Forças Auxiliares de Segurança gestores e monitores das escolas cívico-militares do Estado pelos relevantes serviços prestados a toda a comunidade escolar e pelo profissionalismo e dedicação no desempenho de suas funções nessas escolas (Requerimento nº 12.359/2022, do deputado Coronel Henrique);

de congratulações com os diretores das escolas cívico-militares do Estado pelo Dia do Diretor Escolar, comemorado em 12 de novembro, e pelas fundamentais contribuições para o êxito do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares no Estado e para a formação humana e cívica de seus alunos (Requerimento nº 12.360/2022, do deputado Coronel Henrique);

de congratulações com os policiais militares que efetuaram a prisão de um dos suspeitos envolvidos na morte da jovem encontrada na Lagoa Várzea das Flores, em Contagem, em 7/11/2022 (Requerimento nº 12.393/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que participaram da operação, em conjunto com a Guarda Civil de Belo Horizonte, que resultou na recuperação de cabos de telecomunicação provenientes de furto (Requerimento nº 12.394/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Cb. PM Rodrigo Aquino de Paula, por sua atuação para salvar de afogamento uma mulher grávida que havia pulado dentro do Rio Paraibuna, com risco à sua própria vida (Requerimento nº 12.465/2022, do deputado Sargento Rodrigues).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 12.469/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Procuradoria da República em Minas Gerais, à Polícia Civil de Minas Gerais, à Polícia Militar de Minas Gerais e ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que seja investigada a retirada do material ferroviário no Município de Ponte Nova, haja vista que a Lei nº 23.230, de 2019, reconhece como de relevante interesse cultural do Estado as linhas e os ramais ferroviários existentes em Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2022.

João Leite, presidente da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras (PSDB).

REQUERIMENTO Nº 12.621/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 60ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para implantar em todos os municípios do Estado sistema informatizado de confecção de auto de infração de trânsito, o

que, além de auxiliar o agente em serviço na rua, otimizaria o tempo hoje despendido com a elaboração de AITs em bloco de papel e traria mais segurança aos dados coletados.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2022.

Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 12.622/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 59ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências com vistas à garantia das condições essenciais ao trabalho dos servidores da segurança pública no Estado, particularmente no âmbito dos estabelecimentos que compõem os sistemas prisional e socioeducativo, priorizando-se a implementação de alojamentos condizentes com a necessidade de suas funções, que contem com banheiros e toda a infraestrutura para o descanso, considerando-se tratar-se de medida imprescindível à saúde física e mental dos profissionais, bem como ao bom desempenho de suas atribuições.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 56ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 15/12/2022, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, no exercício de 2022 e a discutir e votar proposições das comissões.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

REQUERIMENTO Nº 12.623/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 60ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para investigar, com urgência, a prática de crime de agiotagem e extorsão por imigrantes colombianos radicados na Região Metropolitana de Belo Horizonte. .

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: A semelhança dos vídeos constantes em anexo, colombianos conhecidos por “Camilo” e “David” emprestam dinheiro a juros excessivos e, no caso de não pagamento, obrigam os devedores a entregarem bens, ameaçando-os, bem como suas famílias. Cita-se os casos concretos envolvendo o Sr. Hudson Carrijo Nascimento e a Sra. Bárbara, sobrinha de Paulo Zoe, responsável por diversas denúncias já apresentadas ao poder público, mas ainda sem desdobramentos. Hudson, assim como Bárbara, foi constrangido a entregar 3 veículos para “Camilo” como forma de abatimento da dívida. Os veículos, inclusive, se encontram em sua residência, localizada no bairro São Pedro, em Esmeraldas/MG, onde familiares do Colombiano ostentam armas de fogo. Os imigrantes ainda são suspeitos de crimes de homicídio, como o que vitimou Welison Bruno da Silva, que também estaria envolvido nos fatos narrados.

REQUERIMENTO Nº 12.624/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 59ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam publicadas, de imediato, as férias-prêmios ainda devidas aos policiais civis e efetuados os pagamentos correspondentes.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Muitas ainda são as reclamações dos servidores quanto a ausência de publicação e pagamento de férias-prêmio.

REQUERIMENTO Nº 12.626/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 59ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para verificar a possibilidade de, ainda em 2022, aumentar o número de militares aptos à promoção a 2º-Sargento, tendo em vista alterações legislativas em relação ao tempo de promoção, as quais culminaram em interstícios mais longos para algumas turmas.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Cita-se o exemplo dos candidatos do CFSd 1996 que, em virtude da greve de 1997, foram chamados para o curso apenas em julho/98.

REQUERIMENTO Nº 12.627/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Betinho Pinto Coelho aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Rede Minas pedido de providências para que seja elaborada reportagem televisiva sobre a história e a correta grafia do nome do Município de Brazópolis, conforme estabelecido na Lei nº 18.033, de 2009.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PL).

Justificação: A Lei nº 843, de 1923, elevou Vila Braz à categoria de cidade, nomeada “Brazópolis” em homenagem ao coronel Francisco Braz Pereira Gomes (cujo sobrenome Braz era grafado com “z”), cidadão que mais lutou pela emancipação da localidade e pai do Presidente da República Wenceslau Braz Pereira Gomes. Ressalte-se que o Decreto-Lei nº 1.058, de 1943, e a Lei nº 336, de 1948, ambos referentes à divisão administrativa e judiciária do Estado estabelecida para o quinquênio seguinte, também grafam o nome da cidade com a letra “z”. Entretanto, em 1967, uma lei municipal alterou a grafia do nome do município, trocando o “z” por “s”, troca que foi desfeita pela Lei Municipal nº 371, de 1997. Além disso, a Lei nº 18.033, de 2009, reafirma que o nome do município é grafado com “z” e estabelece que assim deve constar na redação dos documentos oficiais do Estado. Apesar disso, alguns órgãos governamentais insistem em grafar o nome do município com “s”, o que causa transtornos e constrangimentos aos brazopolenses. Diante do exposto, conto com o apoio dos colegas para a aprovação do requerimento ora apresentado.

REQUERIMENTO Nº 12.629/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Betinho Pinto Coelho aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao programa “Justiça em Questão”, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, pedido de providências para que seja elaborada reportagem televisiva sobre a história e a correta grafia do nome do Município de Brazópolis, conforme estabelecido na Lei nº 18.033, de 2009.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2022.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PL).

Justificação: A Lei nº 843, de 1923, elevou Vila Braz à categoria de cidade, nomeada “Brazópolis” em homenagem ao coronel Francisco Braz Pereira Gomes (cujo sobrenome Braz era grafado com “z”), cidadão que mais lutou pela emancipação da localidade e pai do Presidente da República Wenceslau Braz Pereira Gomes. Ressalte-se que o Decreto-Lei nº 1.058, de 1943, e a Lei nº 336, de 1948, ambos referentes à divisão administrativa e judiciária do Estado estabelecida para o quinquênio seguinte, também grafam o nome da cidade com a letra “z”. Entretanto, em 1967, uma lei municipal alterou a grafia do nome do município, trocando o “z” por “s”, troca que foi desfeita pela Lei Municipal nº 371, de 1997. Além disso, a Lei nº 18.033, de 2009, reafirma que o nome do município é grafado com “z” e estabelece que assim deve constar na redação dos documentos oficiais do Estado. Apesar disso, alguns órgãos governamentais insistem em grafar o nome do município com “s”, o que causa transtornos e constrangimentos aos brazopolenses. Diante do exposto, conto com o apoio dos colegas para a aprovação do requerimento ora apresentado.

REQUERIMENTO Nº 12.630/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que essa secretaria tome as medidas cabíveis para a efetiva aplicação da Lei nº 23.532, de 6/1/2020, que obriga a instituição que presta serviços públicos de saúde a afixar, na entrada de seus estabelecimentos, em local visível, placa com a relação, atualizada semestralmente, dos valores por ela recebidos oriundos do repasse de recursos públicos e de emendas orçamentárias federais, estaduais e municipais, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Acompanhamento das políticas de prevenção e diagnóstico de neoplasias malignas” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022.

Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 12.631/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que defina estratégia de cuidados específica para as pacientes de alto risco de câncer (cerca de menos de 10% da população feminina), ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Acompanhamento das políticas de prevenção e diagnóstico de neoplasias malignas” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022.

Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 12.632/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas ao desenvolvimento de um sistema para acompanhar o cumprimento da Lei nº 22.433, de 20/12/2016, que dispõe sobre o prazo para a realização de exames complementares necessários para a confirmação da hipótese diagnóstica de neoplasia maligna, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Acompanhamento das políticas de prevenção e diagnóstico de neoplasias malignas” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022.

Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 12.633/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas à complementação do valor pago pela Tabela SUS para aumentar o número de biópsias para o diagnóstico definitivo das neoplasias malignas e para a realização de cirurgias eletivas, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Acompanhamento das políticas de prevenção e diagnóstico de neoplasias malignas” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022.

Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 12.634/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que se amplie o acesso às mamografias para rastreamento do câncer de mama, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Acompanhamento das políticas de prevenção e diagnóstico de neoplasias malignas” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022.

Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 12.635/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para prestação de apoio técnico da secretaria aos pequenos municípios na elaboração de seus planos de saúde, para que possam receber os recursos e implementar o adequado rastreamento do câncer, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Acompanhamento das políticas de prevenção e diagnóstico de neoplasias malignas”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022.

Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 12.636/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para aprimoramento do transporte em saúde no Estado, para que o atendimento fora do domicílio seja mais adequado aos pacientes oncológicos, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Acompanhamento das políticas de prevenção e diagnóstico de neoplasias malignas”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022.

Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 12.637/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para reavaliação da organização da rede de atenção em oncologia, com vistas a garantir a celeridade do diagnóstico definitivo do câncer, possibilitando o acesso dos pacientes às unidades de tratamento adequadas no menor tempo possível, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Acompanhamento das políticas de prevenção e diagnóstico de neoplasias malignas”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022.

Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 12.638/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para ampliação do acesso às cirurgias oncológicas, por meio da habilitação de hospitais gerais que possuem cirurgias oncológicas capacitados para realizarem tais cirurgias, pagando-se a esses hospitais os mesmos valores pagos aos Cacons e Unacons, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de

monitoramento intensivo pela comissão da temática “Acompanhamento das políticas de prevenção e diagnóstico de neoplasias malignas”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 23/3/2022.

Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).

REQUERIMENTO Nº 12.639/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/12/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas à criação de centros especializados no diagnóstico oncológico em todas as macrorregiões do Estado, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Acompanhamento das políticas de prevenção e diagnóstico de neoplasias malignas”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 23/3/2022.

Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Saúde (Cidadania).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/12/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Maicon Filipe Silveira Chaves, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e, nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/1993, resolve dispensar, no período de 2/1/2023 a 19/1/2023, o servidor Florivaldo Dutra de Araujo, Matrícula nº 5.759/2, membro efetivo da Comissão Permanente de Licitação, e o servidor Marcelo de Almeida e Silva, Matrícula nº 11.929/6, membro suplente da referida comissão, e designando, para integrá-la, no período de 2/1/2023 a 19/1/2023, como membro efetivo a servidora Alessandra Strambi de Almeida Mitre, Matrícula nº 17.704/0, e como membro suplente o servidor Luís Antônio Prazeres Lopes, Matrícula nº 5.762/2.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 108/2022

Número no Siad: 9319138-1/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: união comércio e prestação de serviços Eireli – ME. Objeto: locação de duas máquinas automáticas de café e outras bebidas quentes, com fornecimento de insumos, instalação e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com alteração do preço

unitário do *cappuccino* de R\$42,00 para R\$45,00. Vigência: de 3/2/2023 a 2/2/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 118/2022

Número no Siad: 9223960-4/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Dmnews comércio e serviços de informática Eireli. Objeto: cessão de uso de 45 licenças (usuários simultâneos) de *software* para gestão e automação de redações de telejornalismo e radiojornalismo. Objeto do aditamento: quarta prorrogação do contrato, por 12 meses, sem reajuste. Vigência: 12 meses, de 29/12/2022 a 28/12/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 124/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Rajacoop Cooperativa de Médicos. Objeto: prestação de serviços de assistência médica, em regime de internação hospitalar e ambulatorial aos deputados e seus dependentes regularmente inscritos. Objeto do aditamento: alteração da subcláusula 5.1 (Liquidação da Despesa e do Pagamento). Vigência: a partir da data de assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 125/2022

Número no Siad: 9276538-1/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região Ltda. – Coopersoli. Objeto: Doação de material reciclável. Objeto do aditamento: rescisão antecipada amigável. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 127/2022

Número no Siad: 9246043-1/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços especializados de impressão departamental centralizada, incluindo: locação de equipamentos (impressoras e multifuncionais); reposição de suprimentos (exceto papel); disponibilização de sistemas para gestão informatizada da solução; bem como manutenção, com substituição de peças, e suporte técnico para atender às necessidades da contratante. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, por 12 meses, com reajuste de preço. Vigência: de 25/4/2023 a 24/4/2024, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

AVISO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

Em 28/12/2022, o diretor-geral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aplicou à empresa SM Consultoria em Projetos Ltda., CNPJ nº 10.204.943/0001-90 a sanção de advertência por inadimplemento parcial do Termo de Contrato nº 35/2020, conforme apurado no Processo Administrativo Sancionatório nº 21.056/2022.



ERRATA

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 4.115/2022

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/12/2022, páginas 17 e 18, na “Emenda nº 1”, onde se lê:

“Acrescentem-se onde convier:

‘Art. ... – O disposto no art. 1º, nos mesmos valores e datas de vigência, aplica-se aos subsídios dos cargos de Governador do Estado, de Vice-Governador do Estado e de Secretário de Estado.

§ 1º – O valor do subsídio do cargo de Secretário-adjunto de Estado corresponde a 90% (noventa por cento) do valor fixado para o subsídio de Secretário de Estado.

§ 2º – A parcela prevista no inciso VIII do art. 7º da Constituição da República é assegurada aos ocupantes dos cargos de que trata esse artigo, calculada proporcionalmente ao período de seu exercício no ano de referência.

§ 3º – As despesas resultantes da aplicação do disposto nesse artigo correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo, observado o disposto na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. ... – Fica revogada a Lei n.º 16.658, de 9 de maio de 2007.’.

Justificação: Os subsídios dos ocupantes de cargos de Governador, Vice-Governador e Secretário de Estado foram fixados no ano de 2007, por meio da Lei n.º 16.658, sancionada em 5 de janeiro daquele ano. Transcorreram-se, desde então, quase 15 anos. Nesse período, a inflação acumulada, medida pelo IGP-DI, alcançou o patamar de 232,28%. A readequação proposta não abrange nem mesmo o montante que seria necessário para a reposição das perdas decorrentes da inflação no período e não traz nenhum ganho real aos subsídios: representa essa readequação um percentual de cerca de 77% daquele que seria o equivalente à perda inflacionária. Dessa forma, consideramos necessária e adequada a proposta ora apresentada, para a qual contamos com o apoio dos nossos ilustres colegas.”, leia-se:

“Acrescentem-se onde convier os seguintes artigos:

‘Art. ... – O disposto no *caput* do art. 1º, nos mesmos valores e datas de vigência, aplica-se aos subsídios dos cargos de Governador do Estado, de Vice-Governador do Estado e de Secretário de Estado.

§ 1º – O valor do subsídio do cargo de Secretário Adjunto de Estado corresponde a 90% (noventa por cento) do valor fixado para o subsídio de Secretário de Estado, observado o escalonamento previsto nos incisos do *caput* do art. 1º.

§ 2º – A parcela prevista no inciso VIII do art. 7º da Constituição da República é assegurada aos ocupantes dos cargos de que trata este artigo, calculada proporcionalmente ao período de seu exercício no ano de referência.

§ 3º – As despesas resultantes da aplicação do disposto neste artigo correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo, observado o disposto na Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. ... – Fica revogada a Lei n.º 16.658, de 9 de maio de 2007.’.”.